

Moçambique poderá atingir a taxa de admissão universal das crianças de seis anos de idade, no ensino primário público, até 2020, o que é confirmado pelo aumento, a cada ano, das taxas de frequência neste nível, mas a escolaridade primária universal continuará um desafio. Será necessário um trabalho persistente para fazer face às muito altas taxas de repetição e abandono, 15 e 20%, respectivamente, bem como à escassez de salas de aulas, sobretudo no ensino secundário.

De acordo com o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), no seu “Estudo Holístico da Situação do Professor em Moçambique”, divulgado semana passada, na capital do país, um número considerável das crianças em idade escolar continua fora do sistema, o que pode comprometer o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no concernente à escolaridade obrigatória.

No Ensino Primário do primeiro grau (EP1), a instituição deverá reduzir a taxa de abandono escolar para metade. Porém, esta redução pressupõe a “tomada de medidas para a melhoria do nível de eficiência interna do sistema, pois os dados históricos não apresentam tendência decrescente”.

A taxa do abandono escolar foi estacionária de 2007 a 2008 (7.2%), mas, de 2009 a 2010, subiu de 7.6 para 9%. Uma análise por província evidencia que Tete (13.1, 10.7, 12.4, 14.0%) e Niassa (10.8, 9.6, 13.0, 13.4%) apresentam taxas elevadas, enquanto Maputo cidade (2.8, 3.2, 3.0, 3.4%) tem as mais baixas taxas de 2007 a 2010.

O absentismo tem consequências nefastas sobre a aprendizagem dos alunos, pois constitui uma das causas do não cumprimento dos programas de ensino. A ausência sistemática de professores dos seus locais de trabalho pode dever-se a doenças crónicas ou terminais ou ao absentismo.

Houve ainda um ligeiro aumento da taxa de repetição, de 2007 (5.9%) a 2011 (6.5%), o que significa que menos crianças tiveram oportunidade de ingressar na escola. As províncias críticas são Maputo (7.0 e 11.9%) e a cidade de Maputo (5.2 e 10,9%), enquanto as de Tete (4.8 e 6.5%) e Cabo Delgado (4.0 e 4.7%) apresentaram menor taxa de repetição.

Por detrás destes constrangimentos o estudo do MINEDH aponta a insatisfação dos alunos, devido essencialmente à falta de materiais e ao facto de terem aulas em instalações em más condições.

Um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) refere que Moçambique tem um forte currículo, que descreve as competências (conhecimentos, habilidades, atitudes e práticas para a vida diária) que os alunos devem desenvolver, que se insere num quadro baseado em direitos. No entanto, o tipo de aprendizagem que de facto se verifica nas escolas nem sempre coincide com a visão ou as expectativas estabelecidas no currículo.

“A aprendizagem é predominantemente orientada para a memorização, e a interacção em sala de aula não corresponde à visão ou expectativas do currículo, o que contribuiu para elevadas taxas de abandono, baixos níveis de desempenho e baixas taxas de conclusão escolar. Outros factores, tais como a falta de cuidados de saúde e nutrição, diminuem ainda mais a capacidade das crianças em Moçambique de iniciar e prosseguir os seus estudos”.

Relativamente ao Ensino Secundário Geral do segundo ciclo (ESG2), o estudo do MINEDH prevê que metade da população da faixa etária de 13 aos 15 anos, não terá oportunidade de estudar e a taxa bruta de escolaridade variará de 44% em 2013 para 55% em 2020.

“Face a estas previsões, afigura-se importante reflectir sobre alternativas de ocupação para a outra metade desta população que estará fora da escola e sem idade para entrar no mercado de trabalho”, sugere a pesquisa.

O UNICEF corrobora a questão do défice de escolas para as classes pós primário, considerando que, o número de crianças que completam a 7a. classe deverá ultrapassar a entrada estimada para o ESG1 em milhares de alunos.

Contratação de docentes e sua ausência na sala de aula

No que tange à contratação de professores, segundo o “Estudo Holístico da Situação do Professor em Moçambique”, o sistema não tem capacidade de absorção de graduados para

fazer face às necessidades de professores para uma rede escolar em constante crescimento, como resposta ao aumento da população em idade escolar, típico dos países com população jovem. “A tendência do número de professores recém-graduados contratados é decrescente, 91.8, 80.0 e 77.5%, respectivamente, de 2009 a 2011.”

Outrossim, os novos professores por contratar preferem colocação nos centros urbanos, onde têm possibilidade de continuar com os estudos no ensino superior, além de aparentes melhores condições de vida.

“Esta situação faz com que as zonas rurais continuem a ressentir-se da falta de professores com formação e a sobrecarregar os poucos existentes com turnos e meio ou horas extras ou a contratar professores sem formação psicopedagógica”.

Num outro desenvolvimento, refere-se que a falta de professores, que resulta do crescente acesso à educação e do aumento da população, é, por vezes, agudizada pelas elevadas taxas de cessação e absentismo dos professores.

As ausências do docente podem também se dever a doenças ou responsabilidades familiares, além de poderem ser provocadas por insatisfação ou desmotivação relacionada com algum aspecto do trabalho. Elas podem também decorrer da tentativa de os professores conjugarem turnos e trabalhos diferentes. “A estes factos podemos acrescentar como causas de ausências as distâncias que os professores têm que percorrer para levantar os salários nos bancos e também aos hábitos subseqüentes após recebimento dos salários”, avança a investigação.